MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Portaria n.º 9:900

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que a hora normal, adiantada de sessenta minutos por portaria n.º 9:764, publicada no Diário do Governo de 26 de Março do corrente ano, seja restabelecida às vinte e quatro horas do dia 5 de Outubro próximo.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 26 de Setembro de 1941.— O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

MINISTÉRIO DAS COLONÍAS
Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 9:901

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 99.º do decreto n.º 30:945, de 7 de Dezembro de 1940, e ouvido o governador geral da colónia de Moçambique, que a verba de 83:538.485$00 inscrita para obras de fomento no capítulo 12.º da tabela de despesa do orçamento geral da mesma colónia para o corrente ano económico seja distribuída pela seguinte forma:

e) Caminho de ferro de Moçambique... 2.500.000$00
f) Instalação de estações e postos agrícolas e pecuários:
1.ª Apeletramento da estação agrícola do Umbeluzi... 1.500.000$00
2.ª Idem do pósito de culturas do Limpopo... 900.000$00
3.ª Instalação do pósito zootécnico de Angóia... 300.000$00
4.ª Idem da estação de criação de bovinos do Niassa... 500.000$00
5) Caminho de ferro de Tete... 1.200.000$00

\(\text{d) Estradas:}\)

1.ª Pavimentação... 4.000.000$00
2.ª Obras de arte... 6.900.000$00
3.º Estudo de pósito de Nasacal... 10.900.000$00
4.º Saldo a aplicar oportunamente... 84.000.000$00
5.º Total... 83.538.485$00

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 26 de Setembro de 1941.— O Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro

Decreto n.º 31:529

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os comerciantes, por grosso, de milho são obrigados a inscrever-se, para exercerem legalmente o seu comércio, na Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas (I. G. I. C. A.) ou suas delegações.

§ 1.º Os que exercerem o comércio a que se refere este artigo que não estarem inscritos serão punidos pela forma estabelecida no artigo 188.º do Código Penal.

§ 2.º Os prazos para inscrição dos comerciantes actualmente estabelecidos terminam no dia 15 de Outubro próximo.

Artigo 2.º Os referidos comerciantes enviarão mensalmente à I. G. I. C. A., por intermédio das suas delegações, um mapa das operações efectuadas, segundo o modelo que lhes for fornecido, sob pena de serem eliminados do registo.

§ único. A Inspeção Geral poderá fazer examinar a escrita dos mesmos comerciantes sempre que seja julgado indispensável para apuramento de responsabilidades.

Artigo 3.º O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como se teudes contêm.

Paços do Governo da República, 26 de Setembro de 1941.— António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Rafael da Silva Neves Duque.